

POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO-POPULAR

1. A CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL BRASILEIRA SÓ TERÁ SOLUÇÃO COM A VITÓRIA DO CAMPO DEMOCRÁTICO E POPULAR

Cem milhões de brasileiros vivem na pobreza: 60 milhões em condições de miséria e nada menos do que 32 milhões em total indigência. De cada mil brasileiros que nascem, 90 morrem antes dos cinco anos; dos 910 sobreviventes, apenas 90 chegam a completar o segundo grau. O drama do País deriva das políticas implementadas por uma elite indiferente à miséria e à fome das maiorias nacionais. Presentemente, essas políticas materializam-se no atual modelo econômico, que, além de estar esgotado, é concentrador de renda. Após uma década de instabilidade, decorrente do agravamento dessa crise, o fracasso do projeto neoliberal deixou, mais uma vez, evidente a incapacidade das elites de gerarem um modelo alternativo. Nesse mesmo período, os setores populares ampliaram sua força política e eleitoral, disputando a hegemonia com as classes dominantes em condições até então inéditas na história do Brasil: na fundação do PT, na criação da CUT, na campanha das Diretas, nas eleições de 1989, no impeachment de Collor. Trata-se, agora, na disputa eleitoral, de impor uma derrota às elites, abrindo para o País uma alternativa de governo democrática e popular.

2. A SUPERAÇÃO DO MODELO EXCLUDENTE É PARTE DE UMA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, QUE MUDE RADICALMENTE AS BASES DO PODER

A realização de reformas profundas na sociedade brasileira implica quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes. Esse processo, por sua radicalidade, é parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa. Já fracassou, no passado, o reformismo nacional-populista, que acreditou poder conciliar interesses antagônicos. Já fracassou, também, a esquerda que imaginou poder fazer as mudanças sem o povo – ora contando com o apoio da burguesia para as reformas democráticas, ora aderindo ao vanguardismo.

Agora, quando o Partido dos Trabalhadores tornou-se alternativa real de governo, o establishment político e seus meios de comunicação de massa desatam enormes pressões para que o Partido se converta num partido da ordem, num sustentáculo de reformas pactuadas com setores das elites. Não é essa a nossa opção. O PT luta para conquistar o governo central como elemento-chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira. Não confundimos o governo com o poder, que é muito mais amplo e enraíza-se no conjunto das relações econômicas e sociais. Nem, tampouco, confundimos o programa do Governo Lula com a realização global do projeto estratégico alternativo do PT, que supõe uma alteração mais radical das relações políticas e sociais. Mas a conquista do governo deve estar a serviço dessa perspectiva, mediante a construção de um novo modelo

econômico, político e social. É com esse propósito que o PT disputará as eleições de 1994.

Ao adotar esse caminho, o PT rejeita, explicitamente, duas vias de luta pelo socialismo, historicamente fracassadas. A primeira, seria atuar apenas por fora da institucionalidade, ou tomando-a como mero espaço de denúncia e propaganda. A outra, seria submeter-se à lógica do capitalismo e apostar numa ação restrita ao espaço institucional vigente. O PT reafirma, assim, que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo, a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral, são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo.

Porém, o nosso projeto de transformação social só será conseqüente se, além de amplo apoio político-institucional, for sustentado em forte auto-organização dos setores explorados e oprimidos. Só conquistaremos uma verdadeira democracia substantiva se, ademais das formas representativas, construímos conselhos populares e instituímos freqüentes consultas diretas à população. Porque lutamos por reformas e por democratização no Estado e na sociedade, acreditamos que o sucesso dessa luta depende da ação popular e do governo no sentido de tensionar e esgarçar os limites da ordem existente.

3. AS ELEIÇÕES DE 94 SERÃO POLARIZADAS ENTRE AS PROPOSTAS DE REFORMAS ESTRUTURAIS E AS DE MANUTENÇÃO DO APARTHEID SOCIAL

Na esteira do fracasso de Collor, a burguesia tenta manter seu programa modernizante. O empresariado, em particular o dos oligopólios, continua recusando-se a reduzir seus lucros. Suas concessões estão sempre respaldadas por trocas vantajosas nos tributos ou em outros itens de suas relações com o Estado e/ou a sociedade. A presente disposição do empresariado para o diálogo amadurecido, não passa, portanto, de uma parada momentânea na tendência de aguçamento das polarizações: ou a burguesia sofre uma derrota e se submete a um programa de redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e de eliminação da miséria, ou impõe uma derrota aos setores populares e realiza seu programa de apartheid social. Por isso, não há espaço real para uma terceira via; ou trilhamos o caminho das mudanças, ou será a continuidade da miséria, da fome e da marginalização.

4. É PRECISO CRIAR UM MOVIMENTO DEMOCRÁTICO E POPULAR PELAS REFORMAS ESTRUTURAIS

A campanha Lula-94 deve ser mais que uma disputa eleitoral. Deve ser, simultaneamente, ponto de partida e expressão de um movimento democrático e popular que reúna amplos setores da população na luta pelas reformas estruturais. Um movimento baseado na retomada da mobilização sindical cutista, nas organizações populares e estudantis, nas entidades da sociedade civil, nos partidos populares, nas organizações de mulheres, negros e povos indígenas. E que sensibilize, particularmente, os marginalizados e excluídos da sociedade. Um

movimento que transcende a disputa eleitoral, mas que é fundamental para respaldar o Governo Lula.

O PT não pode ignorar as profundas desigualdades baseadas no preconceito e na discriminação racial, além da exploração econômica e da opressão política. Assim, o PT não alcançará a hegemonia do movimento de massas se não soubermos disputar com uma linguagem também negra. Ao discutirmos as mobilizações sindicais, não estaremos despertando seu potencial de formador de combatentes leais aos trabalhadores se a discriminação racial, da mulher e do menor não forem combatidas com a mesma radicalidade que a exploração da mão-de-obra. Ao lutarmos para desencadear greves políticas, de massas, nossos símbolos, bandeiras e métodos precisam confrontar, simultaneamente, o capital e a cultura hipocritamente universal, que esconde o preconceito racial sob a dominação. Ao disputarmos e mesmo quando vencermos eleições, nossos programas não deixarão raízes caso não expressem também resistência negra, entre outras, de nossa sociedade. Equivale a dizer: o socialismo só será realidade no Brasil quando fizer saltar pelos ares o apartheid, quase sempre subliminar e tantas vezes sangrento da opressão racial brasileira.

A crise vivida hoje pela CUT requer um vigoroso empenho dos militantes petistas para ser superada. Esse processo é fundamental para que a CUT possa aprofundar sua capacidade de encaminhar e centralizar as reivindicações dos trabalhadores brasileiros, bem como para a continuidade da elaboração de propostas que contribuam para a superação do quadro de crise econômica e social, que tem se acentuado brutalmente nos últimos cinco anos, a partir da implantação do projeto neoliberal de Collor de Mello.

O quadro, que tem contribuído para a recessão de vários setores produtivos do País, e a conseqüente marginalização de milhares de trabalhadores da estrutura produtiva, jogando-os em situação de desemprego/subemprego, deve ser objeto da reflexão e elaboração dos militantes petistas que atuam nos sindicatos e na CUT, visando contribuir para que a Central apresente ao País suas propostas no sentido de assegurar a superação da crise econômica e social no Brasil.

Um projeto dessa natureza requer considerar também as conseqüências dos avanços tecnológicos na estrutura produtiva e no mercado de trabalho, as mudanças provocadas pelas novas formas de gerenciamento de empresas e organização da produção – terceirização, por exemplo – à luz das mudanças que se têm operado mundialmente e requer, também, projetos no sentido da formação e requalificação profissional dos trabalhadores do País. Idêntica consideração devemos ter em relação ao Mercosul, face aos novos problemas e questões que, certamente, serão apresentados.

A justa preocupação do PT em defesa do princípio da autonomia sindical e de não fazer do movimento correia de transmissão do Partido acabou por fazer com que o PT mantivesse uma neutralidade diante dos impasses que o movimento sindical enfrentou e enfrenta, isentando-se, em grande medida, da responsabilidade de formular políticas, em suas instâncias, que pudessem nortear a ação dos petistas. Nesse sentido, somos parcialmente responsáveis pelo processo de crise da CUT.

A resolução do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do PT, realizado em 3 e 4 de junho de 1993, que propõe a realização da Conferência Nacional Sindical do

PT, com caráter deliberativo, no segundo semestre de 1993, será fundamental para a configuração de um quadro de propostas dos petistas para a Central.

O PT recomenda que seja adotado o procedimento de realização de reuniões plenárias de militantes sindicais petistas, particularmente nas categorias em que entre eles existam divergências, como às vezes ocorre, por exemplo, nas eleições sindicais, evidentemente respeitando-se o princípio da autonomia sindical.

Ao mesmo tempo, a iniciativa de construção da Central de Movimentos Populares deve ser apoiada e incentivada pelos militantes do Partido dos Trabalhadores.

A construção de uma central que permita a unificação dos movimentos, sem, contudo, limitar ou ferir sua autonomia e especificidade, pode representar um passo significativo para a superação [das ações] atomizadas de cada movimento, além da superação de sua condição estritamente reivindicatória.

A possibilidade de formulação de propostas e alternativas, pela nova central, para as áreas sociais – que visam assegurar a auto-organização da população e condições de cidadania – contribuem significativamente para o aprofundamento e a radicalização da democracia no Brasil, que não deve estar restrita somente ao embate entre os vários projetos partidários.

5. É PRECISO GANHAR O IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO PARA A IDÉIA DAS REFORMAS ESTRUTURAIS

O povo brasileiro está cansado da falta de alternativas, das ilusões desfeitas, das promessas descumpridas. Esses sentimentos são ainda mais fortes entre os mais pobres, os marginalizados, os trabalhadores de baixa renda, os pequenos proprietários, que sempre foram os principais prejudicados pelas mudanças. É desse clima de desesperança que o conservadorismo se alimenta. Os que lutam por mudanças precisam ganhar o coração de cada brasileiro para as idéias da democratização da propriedade, da renda, da terra, da comunicação e do poder. Um projeto alternativo, estratégico, de longa duração, que rompa o círculo de ferro das alternativas de curto prazo, dos planos de estabilização que provocam mais instabilidade e miséria, das políticas econômicas que não enfrentam o apartheid social, da lógica cínica que afirma ser necessário primeiro fazer o País crescer, para depois distribuir as riquezas produzidas. Uma plataforma programática que unifique as grandes majorias nacionais, um instrumento de afirmação da superioridade social e moral dos valores da democracia radical, do humanismo, da solidariedade, da ética, do socialismo. Idéias que, em 1989, sensibilizaram milhões através do slogan Sem Medo de Ser Feliz.

6. O PROGRAMA DE GOVERNO DEVE DESDOBRAR, EM MEDIDAS CONCRETAS, AS REFORMAS ANTIMONOPOLISTAS, ANTILATIFUNDIÁRIAS E ANTIIMPERIALISTAS

Nosso programa estará voltado para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários.

Mesmo que muitas teses liberais ainda circulem cercadas de credibilidade, a crise do último governo mostrou que o problema central vivido pelo País é político e ético.

Tão ou mais importante que a consistência intelectual e técnica de um projeto de governo é saber quais forças sociais e políticas poderão ser efetivamente mobilizadas para a sua formulação e implementação, e conhecer o grau de credibilidade dos grupos que hegemonizam a aliança social encarregada de implementá-lo.

Os últimos 15 anos assistiram, em nosso País, à emergência do movimento dos trabalhadores, que reconfigurou radicalmente a luta política nacional e deu nova substância ao tema da democracia.

Um dos elementos centrais dessa nova determinação, que o conceito de democracia incorporou, foi o de fazer com que suas dimensões sociais e políticas não mais aparecessem separadas. Ao mesmo tempo, a democracia deixou de ser um meio ou uma etapa da luta pelo socialismo. Ela passou a se confundir com o socialismo, de tal maneira que, hoje, não podem mais ser desvinculados os valores liberdade e igualdade.

Caberá ao governo democrático e popular tomar medidas que viabilizem a retomada do crescimento com distribuição de renda, a construção do mercado interno de massas, a radicalização da democracia, a recuperação da capacidade de investimento do Estado, o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, a reforma urbana, a reforma agrária, a reforma tributária que grave os ricos, elimine os impostos indiretos e institua repartição de competências tributárias compatíveis com as reformas democráticas e populares, o combate à sonegação, permitindo assim o ataque frontal aos problemas da fome, do desemprego, das condições de saúde, educação, especulação imobiliária, habitação e transporte da maioria da população. Medidas que supõem uma política externa soberana, o rompimento dos privilégios dos oligopólios, dos latifúndios e dos conglomerados financeiros.

O Programa de Governo do PT incluirá o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), com o objetivo de assegurar aos brasileiros um nível mínimo de renda capaz de prover suas necessidades básicas como um direito à cidadania. Este PGRM deve levar em conta os diversos projetos em debate sobre o assunto no PT e no Congresso Nacional, como um dos instrumentos-chave para combater a fome e a miséria.

Deverá ser dada atenção especial à questão do financiamento do programa democrático-popular. Várias medidas propostas contribuem para isso: suspensão do pagamento da dívida externa; adoção de reforma tributária que atinja as maiores fortunas; ampliação do controle do Estado sobre o capital financeiro e o comércio exterior, necessária para o combate à fuga de capitais e à sonegação; renegociação e alongamento da dívida interna. São medidas que poderão gerar os recursos para constituição de um fundo de investimentos econômicos e sociais, para que o Estado possa, sob nossa direção, desempenhar o papel imprescindível que nossa política econômica lhe destinará.

7. AS REFORMAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES DEVEM QUEBRAR O CONTROLE DOS MONOPÓLIOS SOBRE A ECONOMIA NACIONAL

É preciso enfrentar o senso comum expresso no discurso de defesa incondicional do mercado e da empresa privada capitalista, que desqualifica todas as alternativas de organização econômica.

A atuação das elites e seus monopólios na economia nacional se constituirá num obstáculo às reformas a serem desenvolvidas pelo governo democrático-popular. Desde já é necessário demonstrar à sociedade a contradição existente entre o discurso e a prática neoliberal em nosso país. As mesmas elites que defendem, de forma absoluta, o programa de privatizações e a redução do Estado na atividade econômica não abrem mão dos benefícios fiscais, isenções, subsídios e empréstimos generosos nos bancos oficiais. Na defesa incondicional do mercado e da empresa privada capitalista revelam, na realidade, os verdadeiros interesses que defendem.

O mercado realmente existente, que organiza a dinâmica da economia internacional, é aquele em que menos de 700 corporações controlam o mercado mundial e em que as 200 maiores corporações detêm 30% do PIB mundial. O mercado real na economia brasileira é aquele em que poucas empresas determinam os preços em cada ramo de produção, especulam com recursos sonegados ao Estado e manipulam o imaginário popular através dos meios de comunicação de massa e da publicidade. Algumas centenas de grandes bancos, indústrias, atacadistas e agroindústrias nacionais e estrangeiras respondem – ao lado de algumas empresas estatais – por 70% da economia do País, e controlam diretamente o mercado interno e as exportações.

É esse setor que deve oferecer as maiores resistências ao nosso programa de reformas estruturais. Para enfrentá-las e vencê-las, visando a consolidação do seu programa, o governo democrático-popular atuará no plano institucional, mobilizando seus aliados e dirigindo-se também aos demais segmentos democráticos, científicos e culturais da sociedade. No plano popular e sindical, desenvolverá uma ampla campanha de informação e conclamará os movimentos sociais a ampliarem sua organização nas empresas, demais locais de trabalho e moradia, constituindo uma consciência antimonopolista e em defesa do programa de reformas estruturais.

Vencê-las exigirá uma ação combinada do governo e de seus aliados, especialmente o movimento sindical, através de medidas econômico-administrativas, da auto-organização dos trabalhadores nas empresas, estimulando a consciência antimonopolista no conjunto da sociedade organizada e ganhando apoio dos pequenos proprietários.

Essa mobilização pressionará pela ampliação da base parlamentar do governo e nos permitirá formar um arco de aliados, que respaldará também nossa ação no Congresso Nacional.

8. PARA RETOMAR O CRESCIMENTO, DISTRIBUINDO RENDA E COMBATENDO O APARTHEID SOCIAL, O GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DEVE RECUPERAR A CAPACIDADE DE PLANIFICAÇÃO E ATUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO

O modelo econômico a ser perseguido resulta na constituição de um vigoroso mercado de 150 milhões de brasileiros, multiplicando por cinco sua dimensão atual,

no esquema da exclusão. Para tanto, o Estado será chamado a exercer importante papel na regulação econômica, seja normatizando os investimentos produtivos, seja intervindo diretamente em determinadas áreas estratégicas.

A distribuição de renda terá que ser acompanhada pela expansão da produção de bens de consumo de massa. A superação do apartheid social exigirá a democratização da sociedade, a reforma agrária e uma política de estímulo e apoio aos pequenos empreendimentos e à economia informal, que não pode mais ser tratada como um problema marginal da sociedade. O programa de segurança alimentar e o combate à fome, associado à universalização do ensino básico, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria, são essenciais para promover a cidadania dos excluídos.

Especial atenção deve ser dada a uma reforma tributária, de caráter progressivo, que penalize os que concentram renda e riqueza, impeça a sonegação e a impunidade e recomponha as finanças públicas, para impulsionar os investimentos produtivos e as políticas sociais.

Paralelamente, a especulação financeira terá que ser enfrentada com o alongamento do perfil da dívida interna e profundas reformas do sistema financeiro, que orientem os recursos para o sistema produtivo e eliminem o caráter parasitário para o mercado de capitais no País. Um novo padrão de financiamento, que fortaleça a capacidade de o Estado estimular os investimentos dos pequenos produtores industriais e rurais, é uma condição fundamental para o desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder.

O modelo proposto engloba a utilização simultânea de mecanismos de mercado e a intervenção do Estado, para impedir que os monopólios e oligopólios sigam exercendo sua completa supremacia na vida econômica do País, desfigurando todas as fantasias dos liberais. Especial atenção deverá ser dada ao sistema financeiro e sua lógica atual de acúmulo, que esteriliza o dinamismo produtivo do país.

Haverá necessidade de compatibilizar, num mesmo movimento, o atendimento ao mercado interno, expandido, com a inserção competitiva do Brasil na economia mundial. Trata-se de alimentar, vestir e calçar, garantir moradia, saneamento e transporte para dezenas de milhões de brasileiros, que se encontram, hoje, à margem do consumo, da produção e, por consequência, da própria cidadania.

Os imperativos dessa nova concepção de desenvolvimento obrigarão a articular uma pluralidade de formas de propriedade: privada, estatal, mista, cooperativa e outras.

O projeto alternativo exige um desenvolvimento ecologicamente harmônico, rompendo com as concepções produtivistas, que marcaram tanto o capitalismo quanto o socialismo estatista.

O Estado será, além disso, instrumento para a realização de uma profunda e indispensável redistribuição de renda, que não poderá ser feita unicamente através do crescimento, mas exigirá uma política de elevação dos salários, de combate ao desemprego, inclusive através da redução da jornada de trabalho, o fim da ciranda financeira e dos lucros obtidos com a formação de capitais fictícios, e de medidas tributárias fortemente progressivas. Essas funções do Estado – entre as quais se inclui a planificação e a capacidade de proteger os interesses nacionais estratégicos

– não foram, nem serão, supridas pelo capital privado, particularmente nas condições atuais de aguda concorrência internacional. É nos marcos de uma ação estatal comprometida com as reformas, com a defesa dos interesses nacionais e o combate à monopolização, que a contribuição de milhões de pequenos produtores, comerciantes e prestadores de serviços poderá encontrar ambiente para prosperar.

O governo democrático e popular, legitimado nas urnas e com respaldo a ser construído junto aos movimentos sociais organizados, atuará de forma permanente e intensiva para democratizar e desprivatizar o Estado. Associadas a essa política, serão adotadas medidas que objetivem o fim da ciranda financeira e dos lucros obtidos com a formação de capitais fictícios.

Só dessa maneira poderemos reorientá-lo para um novo modelo, que priorizará os investimentos produtivos, a geração de renda e a melhoria radical da qualidade de vida da maioria da sociedade.

A presença do Estado nos setores estratégicos da economia, na regulação das relações de mercado e a participação no financiamento das atividades produtivas, na geração de bens, renda e empregos, se desenvolverá no sentido de garantir a soberania nacional, a democratização dos recursos públicos e a capacidade da maioria da sociedade de planejar de forma democrática o seu desenvolvimento.

9. DEMOCRATIZAR A PROPRIEDADE DA TERRA É CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA RETOMAR O CRESCIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E RIQUEZA

A radical democratização da estrutura da propriedade da terra, com a conseqüente demarcação das terras das nações indígenas e das remanescentes dos quilombos, combinada com um novo modelo de política agrícola compatível com as especificidades regionais e garantidor de estímulos diferenciados para mini, pequenos e médios produtores, e para os produtos do mercado interno, se impõem como ações estratégicas fundamentais à formulação de um projeto nacional do Partido dos Trabalhadores, que se contraponha ao atual projeto econômico neoliberal, consagrador do apartheid social vigente no Brasil.

No momento histórico atual – configurado por uma conjuntura que combina a profunda crise econômica e social com o esgotamento do padrão de financiamento de desenvolvimento, via poupança externa – a redinamização da economia brasileira, em parâmetros de socialização da apropriação da riqueza e da renda nacional, do resgate da cidadania e da justiça social, somente será possível mediante um processo de valorização das amplas potencialidades endógenas da economia nacional e, por conseqüência, da ruptura dos atuais condicionantes externos.

Nesse contexto, um novo modelo de política agrícola e, principalmente, a reforma agrária constituem requisitos indispensáveis à viabilização imediata desse projeto.

Ele garantirá, na esfera rural, o equilíbrio das relações de poder; ruptura de formas de superexploração capitalista, fortemente presente nas relações sociais no campo; a imediata geração de renda e emprego; e a ampliação horizontal da produção e do mercado, com a superação das modernas “relações de dominação e

exploração vigentes na agricultura” através dos complexos agroindustriais, além do estancamento dos fluxos migratórios rural/urbano.

Garantirá, também, na esfera urbana, a ampliação do abastecimento alimentar por meio do aumento da oferta de alimentos e matérias-primas, possibilitando o combate à fome e à miséria; o impacto redutor dos preços agrícolas no consumo, com os efeitos conseqüentes na inflexão do processo inflacionário; o aumento dos salários reais urbanos em função tanto da redução do custo de vida, quanto do arrefecimento da pressão sobre o mercado de trabalho urbano; e a dinamização dos setores econômicos urbano-industriais.

Neste sentido, a política agrária do PT objetiva romper o domínio do latifúndio no campo brasileiro, combinando a ação governamental com a mobilização das forças populares, para transformar as relações de produção na área rural e integrar econômica, social e politicamente os milhões de marginalizados por uma estrutura agrária arcaica e elitista. A nossa proposta de reforma agrária articula o apoio à luta dos camponeses pela terra, através das ocupações, com a ação do nosso governo para viabilizar os assentamentos e possibilitar a formação de novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores. Portanto, ela libera forças produtivas, estimula o desenvolvimento econômico do País e avança a relação de forças na luta pelo socialismo.

Além disso, a reforma agrária adquire relevância no que se refere aos componentes ambientais, bem como a desconcentração e autonomia de uma matriz tecnológica e energética, básica a este novo padrão de desenvolvimento. Pois, do ponto de vista ambiental, as pressões sobre a devastação da Amazônia, por exemplo, somente serão minimizadas através do refluxo do movimento migratório para aquela região, o que pressupõe a democratização da propriedade nas terras antigas do País.

No plano tecnológico, sem a reforma agrária torna-se inexecutável a garantia do requisito de desconcentração econômica do projeto, na medida em que o elevado potencial de recursos bióticos do País, base da nova revolução tecnológica, processada no nível das biotecnologias, continuará sob o controle dos grandes proprietários da terra, em particular dos grandes grupos nacionais e internacionais.

10. DEMOCRATIZAR O ESTADO, ELIMINAR AS DISTORÇÕES HERDADAS DA DITADURA E DERROTAR O MONOPÓLIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO É CONDIÇÃO PARA O SUCESSO DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO-POPULAR

Devemos incorporar à campanha eleitoral de 1994 a defesa das seguintes medidas: proporcionalidade estrita no sistema eleitoral (a cada eleitor um voto de igual valor, assegurada a representação de cada Estado); a rejeição de barreiras elevadas para o reconhecimento dos partidos e a presença dos seus deputados no Parlamento; adoção de legislação que fortaleça os partidos (fidelidade partidária e perda de mandato); eleição por lista partidária; democratização da propriedade e do acesso aos meios de comunicação de massa; investigação rápida e punição rigorosa de todos os envolvidos em crimes de corrupção; democratização e controle externo do Judiciário; democratização das Forças Armadas; combate à ideologia da segurança nacional; garantia dos direitos sindicais e da livre organização dos

trabalhadores nas empresas; regulamentação dos itens da Constituição de 1988 que viabilizam a prática do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular na proposição de leis.

11. O PROGRAMA DEMOCRÁTICO-POPULAR E A SUA CONSTRUÇÃO

O 8º Encontro Nacional, ao aprovar essas diretrizes, possibilita a elaboração e o detalhamento do Programa de Governo Democrático-Popular – atualizando, aperfeiçoando e ampliando o PAG-89.

A síntese do Programa de Governo Democrático-Popular é incorporar à cidadania plena os 70 milhões de brasileiros hoje marginalizados do processo econômico e político. Tal Programa, portanto, não guarda nenhuma relação com uma mera peça técnica, ou com a somatória de projetos de notáveis.

O Programa deve, necessariamente, destacar: uma reforma agrária radical; a suspensão do pagamento da dívida externa e o alongamento do perfil da dívida interna; uma reforma fiscal que incida sobre as grandes fortunas; a criação de um forte mercado interno de consumo de massas, com a conseqüente ampliação de empregos; uma elevação significativa e de curto prazo do valor real dos salários; a criação de mecanismos de controle social da economia, incidindo, particularmente, na redução da taxa de juros bancários; a quebra do monopólio dos meios de comunicação de massa; e uma profunda reforma do Estado que, a um só tempo, o desprivatize – desconstituindo os mecanismos protecionistas e de subsídios que hoje o mantêm cativo e afiançador dos lucros e oligopólios – e, por outro lado, desenvolva formas de participação e controle social, direcionando os recursos públicos para o enfrentamento da crise social.

Tão importante quanto seu conteúdo é a sua assimilação pela maioria da população, como peça política fundamental para a superação do apartheid social. Por essa razão, o debate em todo o Partido e na sociedade deve começar imediatamente, para que essas reformas estruturais sejam assumidas como uma necessidade de luta e mobilização ativa do presente, e não apenas como uma esperança passiva de futuro.

O método de elaboração do programa de governo deverá combinar, num processo de diálogo ativo, a participação de nossa base partidária, através de debates organizados nas várias instâncias, e das contribuições acumuladas pelas várias Secretarias e Subsecretarias do Partido nas diversas áreas, bem como na permanente consulta do campo democrático-popular, dos movimentos sindical, popular, estudantil e agrário, além de diálogo com entidades como a CUT, UNE, Contag, MST e outras da sociedade civil.

Esse processo de debate deverá incluir os partidos aliados. Com a aplicação desse método, desde a elaboração do programa estaremos ampliando e democratizando a campanha eleitoral e o próprio governo.

12. PARA APROVAR O PROGRAMA DE GOVERNO DA CANDIDATURA LULA, O PT REALIZARÁ UM ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO

O programa de governo será definido por um Encontro Nacional Extraordinário, a ser realizado até abril de 1994. Os delegados ao Encontro Nacional serão eleitos em encontros estaduais, que deverão se realizar até o final do ano de 93. No intervalo entre os encontros estaduais e o Encontro Nacional deverão ser realizados seminários regionais, para o aprofundamento, entre os delegados eleitos, das propostas e diretrizes para o programa de governo.

Considerando a necessidade de realização de encontros estaduais e convenções oficiais para a escolha de candidatos às eleições de 94, o 8º Encontro Nacional delega ao Diretório Nacional a tarefa de viabilizar a compatibilização do calendário acima definido.

13. O PT PROPÕE UMA ALIANÇA POLÍTICO-ELEITORAL EM TORNO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR

Nossa política de alianças visa criar um bloco político-social de apoio ao programa de reformas estruturais, a candidaturas do campo popular nos estados, à candidatura Lula e a um governo federal sob hegemonia petista. Queremos estabelecer alianças com os movimentos organizados e as entidades da sociedade civil. O PAG-89, atualizado e aprofundado, é uma base inicial para discussão com os aliados, que não devem ser tratados com o oportunismo daqueles que transformam a correta busca de alianças num mero expediente eleicoeiro.

14. O APOIO PARA UM GOVERNO COMPROMETIDO COM AS REFORMAS ESTRUTURAIS COMEÇA A SER CONSTRUÍDO DESDE A CAMPANHA

Nossa campanha eleitoral deve ser capaz de despertar grande entusiasmo, aglutinando forças que levem Lula à vitória. Assim, o Programa, que orienta as alianças e a campanha, que organiza e mobiliza amplos setores, é uma das principais bases da chamada governabilidade. Isto é tanto mais necessário quando sabemos que, qualquer que seja o governo eleito em 1994, ele atuará num terreno difícil, polarizado, conflituoso. Sobretudo sendo um governo que se propõe a realizar reformas profundas, governando do ponto de vista das maiorias.

A realização de transformações estruturais envolverá profundos conflitos de classe, choques e rupturas, que enfrentaremos a partir da ação partidária, dos movimentos sociais, de nossos aliados, das bancadas parlamentares e dos governos estaduais e municipais aliados. É por isso que necessitamos de um programa capaz de atrair o voto das maiorias e, principalmente, de comover e mobilizar milhões de pessoas dispostas a lutarem em defesa de um governo que o aplique. É por isso que ao PT interessa uma disputa eleitoral polarizada, em que nossa candidatura apareça como a que, de fato, é uma “alternativa a tudo que está aí”.

15. AS REFORMAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES DEPENDEM DA RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

A execução do programa de reformas abre possibilidade para interessar setores do pequeno e médio empresariado em respaldarem as medidas iniciais de nosso governo. Ao mesmo tempo, pode isolar as elites e reduzir seu poder de manobra. Essa reorientação do desenvolvimento nacional afetará privilégios: a crise brasileira só se resolverá sacrificando os interesses dos setores dominantes, que, embora minoritários, controlam o poder econômico e político, influenciam a opinião pública, mantêm relações internacionais e, com seus setores militares, resistem secularmente às mudanças e não relutam, nem mesmo, em romper com a legalidade, para poder impedir a execução das reformas. Só será possível nos contrapormos a situações de instabilidade provocada se assentarmos a nossa governabilidade na capacidade de executar nosso programa. Ou seja: com apoio popular ao nosso governo, com coerência, com transparência, com radicalidade, com apoio organizado dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, com apoio parlamentar, de governos municipais e estaduais, com uma ofensiva política de relações internacionais, com a criação de uma estrutura de comunicação nacional, com a democratização das Forças Armadas, com o desenvolvimento de um plano estratégico que incorpore a noção de que não seremos um governo de união nacional.

16. A CONSOLIDAÇÃO DOS GOVERNOS DEMOCRÁTICOS PASSA PELAS REFORMAS ESTRUTURAIS

O Brasil só alcançará a estabilidade desejada por nós quando o desenvolvimento econômico for orientado para atender as demandas sociais, quando a incorporação da maioria da população à cidadania e ao consumo se transformarem em metas nacionais. É por isso que as reformas estruturais terão que ser desencadeadas já a partir da posse. É desse modo que o novo governo enfrentará as questões ligadas à chamada estabilização da economia, revertendo o processo inflacionário sem recorrer à recessão, à repressão da demanda e medidas do gênero, costumeiramente recomendadas pelos economistas ortodoxos.

17. UMA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO SOBERANA DO BRASIL NO CENÁRIO MUNDIAL SUPÕE A ADOÇÃO DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, ESTRUTURADO NUM MERCADO CONSUMIDOR DE MASSAS

O governo democrático e popular manterá amplas relações políticas e econômicas com outros países, permitindo, inclusive, a presença do capital estrangeiro no Brasil, mas é evidente que um governo hegemônico por um partido socialista, e empenhado em realizar reformas antimonopolistas, antilatifundiárias e antiimperialistas, abalará os pilares da nova ordem, especialmente as pretensões norte-americanas sobre o continente, explorando o nosso potencial humano, tecnológico e natural. Desenvolvendo um mercado interno de massas, que integre milhões à produção e ao consumo; explorando o peso regional (com destaque para a reorientação do Mercosul) e global de nossa economia, e as contradições

interimperialistas, o governo democrático e popular enfrentará as resistências internacionais e viabilizará uma inserção soberana no mercado mundial.

Um projeto estratégico alternativo precisa abordar a questão do lugar a ser ocupado pelo Brasil no mundo, tanto em termos econômicos quanto políticos.

Buscaremos, em primeiro lugar, um processo de integração continental, que não se pode confundir com a meia criação de uma zona de livre comércio na América Latina.

Nossa concepção de integração deve, antes, apontar para uma proposta de articulação econômica, política e social, científica e cultural, fundada no respeito à autodeterminação e soberania nacionais, mas buscando construir espaços e instâncias transnacionais.

Essa concepção contribuirá para impedir que o Brasil e outros países do continente sejam integrados, econômica e politicamente, em forma subordinada, na nova ordem mundial em construção após o fim da Guerra Fria. Permitirá que o Brasil possa interferir na configuração de um novo cenário internacional, fundado no respeito à democracia e à soberania.

Da mesma forma, a construção do Mercosul deve fazer-se a partir das reivindicações que os trabalhadores apresentam por desenvolvimento, democracia e justiça social, e não das políticas neoliberais.

Ao impulsionar o Foro de São Paulo – a maior articulação de organizações de esquerda da história da América Latina – o PT e outros partidos-irmãos do continente criaram uma instância fundamental para articular o debate e as iniciativas políticas das forças renovadoras, [e as] propostas para um projeto alternativo, democrático e socialista.

A política externa brasileira deve articular iniciativas multilaterais de resistência às pressões exercidas pelos grandes blocos econômicos contra os países em desenvolvimento, a propósito do comércio internacional, da suposta proteção da propriedade intelectual etc., e que tendem a agravar a marginalização de grande parte da humanidade.

Fiel à sua vocação diplomática e comercial multilateral, o Brasil aprofundará suas relações com a Comunidade Européia, com a África e com as potências emergentes da Ásia. Buscará ações comuns com potências intermediárias, com as quais poderá estabelecer acordos de complementaridade econômica, como a Índia, a Rússia, a China e, futuramente, a África do Sul. Desse modo, reunirá condições para estabelecer, como preocupação básica, um novo tipo de relacionamento com os Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, o Brasil lutará pela democratização dos foros e organismos internacionais, em primeiro lugar a Organização das Nações Unidas (ONU), hoje controlada pelas grandes potências com direito a veto no Conselho de Segurança, sem prejuízo de que venhamos a participar de outros foros internacionais ou patrocinemos a criação deles.

A ação diplomática do governo brasileiro será orientada pela soberania nacional, pela integração regional com outros países do continente, pela solidariedade, pelo combate à militarização das relações internacionais e às desigualdades econômicas e sociais.

18. A VITÓRIA EM 1994 CONSOLIDARÁ O PT – E SUA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO – COMO UMA REFERÊNCIA PARA O MOVIMENTO SOCIALISTA INTERNACIONAL

O colapso do socialismo real e a decadência da social-democracia – expressa nas derrotas eleitorais, nos escândalos e, principalmente, no compromisso com os ajustes econômicos neoliberais – conferirão ao PT, e aos que conosco compartilham a defesa do socialismo democrático, um papel de dimensão internacional.

O PT deve aprofundar suas relações com os setores independentes de diversas origens, que reafirmam seu compromisso com a luta pelo socialismo, participando e incentivando os foros internacionais que se constituem nesta luta.

Num mundo dominado pela disputa entre as grandes potências capitalistas, pela decadência norte-americana, pelo desmonte das conquistas sociais, pelo crescimento do militarismo e do conservadorismo, pela degradação das condições de vida da maioria da população do planeta, provocando miséria e instabilidade política, a chegada do PT ao governo de um País com o porte do Brasil estabelecerá novas condições para a luta pelo socialismo. É nessa perspectiva que o PT conduzirá suas relações internacionais.

O capitalismo e a propriedade privada não representam um futuro para a humanidade. Sua sobrevivência está cada vez mais ligada à restrição da produção em benefício da especulação e do parasitismo (armamentismo, narcotráfico etc.). Em última instância, é daí que provém a tendência regressiva atual de questionar em todo o mundo os direitos e conquistas sociais adquiridos ao longo de décadas. É o que o FMI batizou de “ajuste estrutural universal”.

Nessa situação, as iniciativas internacionais do PT devem retomar a denúncia do Imperialismo e da exploração; opor-se à Nova Ordem Mundial, afirmando a necessidade de uma integração soberana; solidarizar-se com as lutas contra a supressão das conquistas sociais (serviços públicos, empresas estatais, a flexibilização do trabalho etc.); denunciar violações aos direitos democráticos e à soberania nacional (caso do embargo a Cuba, por exemplo). Com essa base, o PT deve participar de atividades e organismos internacionais que tenham esse caráter e essas finalidades.

19. PARA VENCER AS ELEIÇÕES E GOVERNAR MUDANDO AS RELAÇÕES SOCIAIS E DE PODER, O PT TERÁ QUE MANTER A COERÊNCIA

Em 1994, o povo brasileiro terá a oportunidade histórica de infligir, através do voto, uma derrota às elites. Mais, talvez, que em 1989, temos condições de superar esse desafio. Há quem não compreenda isso, tomando como defeitos nossas principais virtudes: a radicalidade, a combatividade, a diferença, o compromisso com o socialismo. Investem no eleitoralismo, no administrativismo. Pensando que contribuem para eleger Lula em 1994, trilham o que pode ser o caminho de nossa derrota. Não é este o caminho para um governo comprometido com a democratização radical da propriedade, da renda, da informação e do poder. Mais do que nunca, é preciso manter a coerência do PT: um partido firmemente comprometido com os de baixo, com as majorias exploradas e oprimidas, com a construção de uma nova ordem, socialista e democrática.

20. O RITMO DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR SERÁ DEFINIDO PELA CORRELAÇÃO DE FORÇAS EXISTENTE NA SOCIEDADE, EM PARTICULAR PELO NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO E AUTO-ORGANIZAÇÃO POPULAR

Nossa vitória, em 1994, certamente despertará enormes expectativas, que devem ser rapidamente respondidas com iniciativas governamentais concretas. Para criar a correlação de forças necessária à aplicação de nosso Programa, num ritmo crescente, devemos começar transformando a eleição presidencial num plebiscito sobre as reformas estruturais, especialmente sobre as medidas que adotaremos nos primeiros cem dias de governo. Entretanto, é preciso ir além: a eleição do presidente, a conquista de governos estaduais, a ampliação das bancadas parlamentares, a constituição de um bloco de apoio político e social ao governo devem ser acompanhadas por iniciativas políticas que reduzam o poder político dos setores dominantes, especialmente no terreno da comunicação de massas.

Sem um elevado nível de atividade do movimento social, o potencial de avanço de nosso governo será limitado. O sucesso de nosso governo, em última análise, reside na auto-organização, na participação e na conscientização populares.

De outro lado, não devemos nutrir ilusão quanto à disposição das elites de usarem todos os meios para impedir a implementação do nosso programa antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. Estamos, no entanto, diante do seguinte dilema: ou levamos adiante o nosso projeto, ou nosso governo não será capaz de retirar o País da crise, e o nosso povo estará fadado à fome e à miséria e assistiremos ao sucateamento do nosso País pelas políticas neoliberais.

Quebraremos essa resistência combinando ações de governo, do nosso partido e das forças aliadas com iniciativas independentes dos trabalhadores. Não vacilaremos em lançar mão das grandes mobilizações populares, das medidas que democratizem a fundo os meios de comunicação, de intensa e ampla atividade diplomática (priorizando construir uma política unida com os países que lutam contra a dependência) e, até mesmo, de ações jurídicas. Ainda no terreno das relações internacionais, através do governo e do Partido, e tendo claro que nosso projeto faz parte da luta emancipatória dos explorados e oprimidos de todo o mundo, trabalharemos incansavelmente para obter a solidariedade ativa dos trabalhadores de todos os países. Mas a sorte do nosso governo, a implementação vitoriosa do nosso programa de luta pelo socialismo, não depende apenas da luta política em sentido restrito, tampouco somente de medidas de caráter econômico. É função também da luta ideológica, especialmente da capacidade de fortalecermos valores anticapitalistas; do desenvolvimento de uma política cultural e da coerência das políticas públicas, voltadas para o resgate da cidadania de segmentos como mulheres, negros, juventude, homossexuais, portadores de deficiência e outros setores oprimidos.

21. PARA VIABILIZAR A APLICAÇÃO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR, O GOVERNO DEVE MANTER A INICIATIVA POLÍTICA, COORDENANDO SUA AÇÃO COM AS FORÇAS QUE O APÓIAM

O governo deve aplicar o programa democrático e popular a partir de um plano estratégico, que precise quais os elementos mais adequados para, a cada conjuntura, isolar as forças conservadoras, ganhar os setores médios e, fundamentalmente, ampliar e consolidar o apoio popular. É dessa maneira que acumularemos as forças necessárias para um ritmo cada vez mais intenso de aplicação do programa. Para isso, é preciso evitar o administrativismo, conferindo centralidade à dimensão política da ação de governo. Para ganhar o apoio das maiorias nacionais, confrontar a classe dominante, derrotar suas tentativas de barrar a aplicação do programa democrático e popular, será preciso coordenar a ação do governo com a das forças políticas e sociais que o apóiam.

22. PARA DIRIGIR A CAMPANHA LULA E A AÇÃO PARTIDÁRIA NOS PRÓXIMOS ANOS, O PT NECESSITA DE UM NOVO NÚCLEO DIRIGENTE

Está evidente que a direção que encerra seu mandato perdeu sua legitimidade, situação que é reforçada pelos problemas organizativos, pelo enfraquecimento das relações com os movimentos sociais e nossos governos municipais.

Essa situação reflete não apenas o envelhecimento da direção eleita em junho de 1990, mas principalmente o desaparecimento da maioria política que a compôs. É preciso criar um novo núcleo dirigente, que expresse a posição majoritária nas bases e possua representatividade política e social. Para isso, é preciso retomar o método de discussão e decisão que produziu as principais resoluções do PT e nos levou a vitórias políticas e sociais: a formulação de políticas através da discussão e do debate democrático no interior do Partido.

O novo núcleo dirigente deve estar fundado em cinco compromissos:

a) o compromisso com o caráter socialista e revolucionário do PT – um socialismo democrático, alternativo tanto ao socialismo real, quanto à social-democracia;

b) o compromisso com o valor estratégico da democracia – que para nós é meio e fim, método de transformação e ideal de organização política;

c) o sentido revolucionário do programa democrático e popular – que adquire um sentido anticapitalista, antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista;

d) a viabilidade de um partido de quadros e de massas – combinação que, recusando a polarização entre o centralismo e a diluição, afirma a democracia como fio condutor da vida partidária;

e) a renovação do contrato ético e democrático entre os militantes – de modo que a democracia interna e a valorização das instâncias suplante a diluição dos centros paralelos de poder, evitando a prática desagregadora e antidemocrática dos que, transformados em notáveis, por força da militância, fazem de tudo para ser mais iguais que os outros.

23. O PT PRECISA REAFIRMAR SEU PAPEL DIRIGENTE, SEU CARÁTER DE MASSA E SUA DEMOCRACIA INTERNA

O aprofundamento da democracia partidária exige a revalorização das instâncias; a participação do conjunto dos filiados no processo de debate e tomada de decisões; o fortalecimento da imprensa partidária, da formação política e dos mecanismos de consulta. É preciso, ainda, instituir o controle democrático das direções partidárias e dos militantes que detêm mandatos no Executivo e no Legislativo. O caráter de massas do PT aparece em suas relações com os movimentos sociais que lhe deram origem. Sem dirigismo, mas sem furtar-se à contribuição política, o PT deve estreitar suas ligações com a sociedade civil organizada. Atento e sintonizado com a opinião pública, mas sem deixar-se conduzir a partir de fora. Partido com maior presença nos grandes centros urbanos, devemos ampliar nosso diálogo para criar vínculos firmes — e não ocasionalmente eleitorais — com os setores situados, geralmente, à margem das organizações sindicais e populares. O caráter dirigente do Partido deve-se manifestar na elaboração democrática de nossa política, no debate aberto com aliados, na disputa de hegemonia, no confronto com os valores das elites brasileiras e na reafirmação do objetivo estratégico do PT: a luta por uma sociedade socialista e democrática, sem explorados nem exploradores.